



**NAO**  
Uma reserva de mercado — seja da produção de computadores para a indústria nacional, seja do emprego jornalístico para o graduado nas escolas de

Jornalismo — não se pode justificar pelos benefícios que traz à corporação a que privilegia; o interesse social deve ser o argumento decisivo. No caso da Informática, por exemplo, a reserva justifica-se porque, comprovadamente garantiu o florescimento de uma indústria sob controle nacional, numa área de conhecimento vanguardista, estratégico.

Não é o mesmo com a reserva dos empregos jornalísticos para os graduados nas faculdades específicas: se é certo que ela é um benefício para os estudantes universitários de Comunicação, não só continua sendo um entrave para milhares de jornalistas práticos que exercem ou poderiam exercer a profissão sem ter diploma, como, principalmente, nada indica que tenha feito avançar qualquer objetivo social mais alto, desde que foi estabelecida nos idos de 1969.

Argumenta-se que a sociedade se beneficia porque os profissionais formados em universidades adquiririam, ali, além do conhecimento da profissão, a "bagagem humanística e crítica" indispensável ao exercício de

atividade social tão importante. Ora, não só isso frequentemente não é verdade — e as faculdades despejam na praça levas de desorientados —, como não prova que, por outros caminhos que não os da faculdade específica, não se consigam jornalistas com a bagagem pretendida.

O resultado de tal reserva fica sendo, então, meramente acadêmico-corporativo. Não se compara, certamente, com o que se obteria no caso de uma reserva voltada efetivamente para objetivos sociais, como a que obrigasse as empresas monopolísticas, públicas e privadas, à prestação de informações regulares de interesse popular, e em linguagem popular. Ou à que criasse, por força de incentivos legais, um mercado de informações técnico-científicas relevantes para a elevação do nível de consciência popular (a esse respeito, é bom lembrar que um punhado de altos executivos e cientistas brasileiros ou residentes no Brasil tem o privilégio de receber ou consultar regularmente centenas de revistas, boletins e informes estrangeiros

—frequentemente, são centenas de títulos em cada área específica).

Ao se condenar a reserva dos empregos jornalísticos não se deve, porém, cair no erro oposto de condenar o ensino do jornalismo; como se a profissão fosse um privilégio de talentos natos — uma arte, dizem; ou, no outro extremo, como também se raciocina, como se o jornalismo fosse uma técnica apenas, jamais uma ciência a exigir cursos e ensino. Neste caso, o equívoco parte de se considerar o jornalismo que se pratica atualmente como sendo o jornalismo.

Muito do jornalismo que se pratica hoje está à altura do jornalismo que se ensina hoje; dito em outras palavras, não se ensina o jornalismo hoje, porque hoje não se pratica o jornalismo.

Algumas de nossas grandes empresas jornalísticas, por exemplo, estimulam a crença de que o jornalismo é uma área — à qual, parece, só se teria acesso pela revelação divina — porque não têm condições de expor o plano lógico de organização de in-

formações que as anima. Há muito perderam o entusiasmo de considerar o jornalismo também uma técnica e uma ciência, porque há muito tornaram-se obscurantistas. Esmagaram em suas pretensões qualquer impulso revolucionário consciente; esqueceram qualquer intenção de um jornalismo programático, definido, com objetivos sociais claros e assumidos. Escondem-se por trás de ideologias de ocasião, ora liberais, ora anarquistas.

Outras, estimulam a crença de que o jornalismo é uma simples técnica, à qual se tem acesso pela repetição de instruções — do dono do jornal, obviamente... Para estas, a Revolução já foi feita, mas, por seus patronos; na Revolução Americana de 1776, certamente; ou na Revolução Francesa de 1789, talvez, cortados certos exageros...

É preciso estudar e desenvolver a técnica, a ciência e a arte de organizar as informações e colocá-las a serviço da grande massa de trabalhadores manuais e intelectuais, no geral ainda completamente à margem do que se passa de mais relevante no país e no mundo. Para isso, o estudo e o ensino são essenciais. A reserva de mercado que existe hoje, não é. Devemos partir para outras.

RAIMUNDO RODRIGUES PEREIRA, 45, é diretor-executivo da Política Editora e físico; foi também diretor do semanário "Movimento" e editor da revista "Veja".

## A pergunta da Folha

*O exercício da profissão de jornalista deve continuar restrito aos graduados em Jornalismo?*

# Pela participação do leitor

AUDÁLIO DANTAS

jornais. Também o leitor precisa falar, manifestar-se sobre os fatos em geral e a respeito dos meios de comunicação. Geralmente, a ele é reservado pouco ou nenhum espaço. Esse espaço deve aumentar, e deve acabar o discutível privilégio da redação de sempre ter a última palavra quando o leitor critica a informação que recebe.

Sem esquecer que por trás deste assunto se escondem vaidades feridas, preconceitos e interesses comerciais, é fácil refutar as razões dos que se colocam contra a regulamentação da atividade dos jornalistas. Eles dizem, basicamente, que o verdadeiro jornalismo não se aprende em faculdades de Comunicação, pois depende de "talento"; que essas faculdades primam pelo baixo nível de ensino e que revisores, repórteres, redatores e editores não podem substituir a sociedade numa de suas expressões principais.

Realmente, os jornalistas não podem substituir a sociedade. Nem sociólogos, advogados, comandantes de navio ou donas de casa podem substituir pessoas treinadas para elaborar a informação de interesse da sociedade, que têm conhecimentos

peculiares ao trabalho que realizam, responsabilidades e preocupações éticas específicas e necessárias no trato de cada notícia.

Quanto aos outros argumentos: todo bom profissional precisa ter talento. Os médicos, engenheiros e músicos, como os jornalistas, precisam de talento, que pode aperfeiçoar-se na escola. É verdade que há deficiência no ensino de jornalismo, mas o problema não se limita às faculdades de Comunicação. Atinge todo o sistema educacional brasileiro.

Confundir os papéis profissionais seria um erro. Erro que comete o jornalista que invade seara alheia sem credencial para isso. E erram, sobretudo, os veículos de comunicação quando pretendem colocar-se como donos da verdade (arrogância muito frequente) ou não investem na especialização e na reciclagem de seus profissionais. São equívocos herdados da época — aliás anterior à regulamentação — em que o jornalismo era visto por muitos como campo ideal para aventureiros e diletantes.

A Federação Nacional dos Jornalistas e os diversos encontros e

conferências nacionais da categoria têm insistido na necessidade de discussão dos limites entre a função de jornalista e a de colaborador, não com o sentido de excluir quem, não sendo jornalista, publica artigos e ensaios nos jornais. O que se reclama é a fixação de critérios para a atividade do colaborador, que não pode simplesmente ocupar o lugar dos profissionais, e cujo trabalho deve ser remunerado com justiça.

Os jornalistas insistem na necessidade de democratização interna dos veículos, observando que a informação não deve ser posta a serviço de grupos, sejam políticos ou econômicos. É preciso que se criem instrumentos eficazes de controle da sociedade sobre a atuação dos órgãos de imprensa. Não são reivindicações corporativistas. Elas objetivam, antes de mais nada, transformar o jornalismo em uma ferramenta útil à reconstrução da democracia brasileira e efetivamente a serviço de nosso povo.

AUDÁLIO DANTAS, 56, é presidente da Federação Nacional dos Jornalistas, presidente do Conselho Curador da Fundação "Cáser Libero" e diretor-superintendente da Imprensa Oficial do Estado de São Paulo S/A.

# A escola é necessária

GAUDÊNCIO TORQUATO

mas formadora do pensamento. A corrente de opinião que vocifera contra os cursos de Jornalismo parte da visão distorcida de considerar os cursos como meros passadores de parâmetros técnicos e normas de redação. E, para corroborar a análise e dar xeque-mate, desfila as mazelas que caracterizam tais cursos, como deficiências de infra-estrutura técnica, baixa qualificação de professores, distanciamento do mercado profissional, enfim, uma incompetência generalizada que transforma a aprendizagem jornalística na escola uma coisa amorfa e sem sentido.

Ora, a escola é a oportunidade para o encontro das idéias e do debate. A natureza multidisciplinar do jornalismo, a emergência de grandes questões no campo da Ciência Política, Economia, História, Psicologia Social, cultura e artes, relações internacionais, torna a procura do conhecimento matéria indispensável para a sobrevivência no campo jornalístico. Não se pode mais admitir a visão de superfície e o tom "achista" num quadro que exige do jornalista a capacidade de estabelecer inter-relações.

Se a escola não está preparada para oferecer ao jornalista as condições indispensáveis à sua formação, que se mude a escola. Mas não se

pode aceitar o argumento de que o jornalista não precisa da escola, porque ela é fraca. Por outro lado, afirmar que nos cursos de Economia, Sociologia, Administração, História, o jornalista pode adquirir melhores conhecimentos, é insistir na velha constatação de que alguns cursos, no Brasil, pela tradição, apresentam melhores resultados que outros. Além disso, não se pode admitir que um jornalista, para formação do pensamento, tenha que passar por todos esses cursos, quando o mais simples e funcional seria aglutinar conhecimentos de tais áreas num curso apropriado para o embasamento profissional.

Justificada a escola, mesmo reconhecendo-se suas imensas deficiências, respondo à questão principal do debate: o exercício da profissão deve ser privativo dos graduados em cursos de Jornalismo. A minha lógica parte do princípio de que o jornalista, moldado na escola apropriada, convivendo com o debate, instrumentalizado com a técnica adequada para escrever para amplas faixas da população, terá sempre melhores condições de se ajustar a um modelo profissional do que um bom escrevinhador médico, um sociólogo raivoso, um jurista cheio de formalidades. É evidente que não excluo a possibilidade de se contar com a colaboração

de especialistas. O jornalista, por força das características de sua profissão, deve lidar permanentemente com o desafio de decodificar a linguagem, interpretá-la e oferecer aos leitores algo digerível. Sua missão não é escrever para as elites.

Ademais, trata-se de ajustar leis de mercado. Num contexto de especializações e propício, cada vez mais, à defesa de interesses de grupos, preservar a profissão àqueles que, por opção, escolheram o jornalismo como meio de sobrevivência, é respeitar o direito individual e das categorias, em seu desejo de organização profissional. É inaceitável, até sob o ângulo da justiça social, que profissionais de outras áreas, mantendo-se com salários de suas especialidades, invadam o campo jornalístico sob a alegação de enriquecimento das informações e melhoria das qualidades da análise. Não se deve esquecer o caráter de utilidade pública do jornalismo, bem diferente do mercantilismo que marca outros produtos. O dever ético do jornalista, as regras a que precisa se submeter em seu ofício, os limites da profissão, não constituem coisa que possa ser utilizada por qualquer um. Por melhor escrevinhador que seja.

GAUDÊNCIO TORQUATO, 39, é jornalista, professor e coordenador da Coordenadoria de Atividades Culturais da USP.

ANC 88  
Pasta Jan/Maio 86  
011



**EM**  
TERMINOS

a sociedade, significa algo ainda mais importante: ela é a garantia de que quem procura e prepara a notícia é um profissional credenciado e consciente de suas responsabilidades e deveres.

Não se pode, no entanto, pretender que a regulamentação impeça o acesso de não jornalistas aos meios de comunicação social. Isto seria antidemocrático e contrário à concepção do jornal (impresso ou eletrônico) como instrumento de formação da opinião pública, de que nenhuma sociedade moderna prescindir. A própria regulamentação — que deve ser aperfeiçoada — prevê a figura do colaborador — aquele que, sem vínculo de emprego, eventualmente produz matérias, em função de sua especialidade.

Não apenas o intelectual, o cientista ou o político devem ter espaço nos



**SIM**  
De início, quero constatar: aprendi mais jornalismo com as lições do "Jornal do Brasil", nos idos de 64, orientado pelo ótimo manual de redação de Alberto Dines, ou vivendo emoções no vigoroso "Correio da Manhã", em 65, trabalhando nas sucursais de Recife, do que no embrionário curso de Jornalismo da Universidade Católica. Mas não posso aceitar o simplismo do argumento de que "jornalismo se aprende na prática".

Lembro, a propósito, uma citação de Gasset, disparada pelo velho mestre Luiz Beltrão contra os cétricos e os críticos dos cursos de Jornalismo: "Só os imbecis nascem feitos". Logo, para quem não é imbecil, a escola é necessária. E não venham com essa de que a escola é a vida, a prática, a labuta. Pode-se até concordar que há certos conhecimentos técnicos facilmente captáveis e assimiláveis. Registro até o caso de um contínuo, na Folha, por volta de 67/68, de quem se dizia ter-se transformado em noticiário de um dos jornais do grupo de tanto ficar carregando (e lendo) telegramas para as redações.

É preciso considerar a escola não apenas instrumentalizadora técnica,